

## Artículo de investigación

**Uma abordagem preliminar sobre governança e unidade de conservação na fronteira entre Brasil e Bolívia****An approach to governance and conservation unity between Brazil and Bolivia**

Recibido: 8 de septiembre del 2019

Aceptado: 12 de octubre del 2019

Written by:

**Adria Macedo<sup>289</sup>****Ligia T. Lopes Simonian<sup>290</sup>****Resumo**

A questão central do presente estudo se delimita na compreensão de como os atores sociais que participam direta ou indiretamente do processo de governança do Parque Estadual de Guajará-Mirim, da Estação Ecológica Taiamã, e do Parque Nacional Noel Kempf Mercado- BO, articulam-se e viabilizam ações coletivas e pontuais a fim de impactar positivamente na gestão dessas áreas em vista à conservação da biodiversidade. Portanto, o artigo trata dos processos de governança ambiental em Áreas Protegidas (AP) e em seus entornos, assentadas na região fronteira entre Brasil e Bolívia. Objetiva-se dessa forma, analisar, comparativamente, a construção da governança ambiental sob a perspectiva da ação coletiva em AP a considerar, principalmente, o que é realizado por diversos atores sociais no tocante a conservação e a construção da governança ambiental sob a perspectiva da participação de atores sociais. Ainda nessa perspectiva, pretende-se investigar o processo de gestão e os possíveis problemas tangentes a estas UC e aos entornos que interferem na conservação ambiental. As bases metodológicas desta atividade se sustentam na pesquisa qualitativa – pesquisa de campo e observação participante – a ter como auxílio fontes documentais e bibliográficas. Concluiu-se, em síntese, que a construção desse projeto de investigação se deu a partir da aproximação com o campo de observação para uma melhor

**Abstract**

The central question of the present study is delimited in the understanding of how the social actors that participate directly or indirectly in the governance process of the Guajara-Miri State Park, the Taiamã Ecological Station, and the Noel Kempf Mercado-Bo National Park, articulate and enable collective and timely actions to positively impact the management of these areas in order to conserve biodiversity. Therefore, the article deals with the processes of environmental governance in Protected Areas (PA) and their environments, based in the border region between Brazil and Bolivia. The objective of this study is to analyze, in a comparative way, the construction of environmental governance from the perspective of collective action in PA, to consider, mainly, what is carried out by several social actors in the conservation and construction of environmental governance from the perspective of participation of social actors. In this perspective, we intend to investigate the management process and the possible tangential problems to these PA and to the environments that interfere in environmental conservation. The methodological bases of this activity are based on qualitative research - field research and participant observation - to have documentary and bibliographic sources as aid. It was concluded, in synthesis, that the construction of this research project came from the approach with the field of observation to a better definition

<sup>289</sup> Possui graduação em História pela Universidade Federal do Pará (2002), especialização em Educação Ambiental e Prática Escolar pela FACINTER (2004). Mestra em Planejamento do Desenvolvimento: área de concentração em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - NAEA/UFPA. É professora do quadro da Secretaria de Educação do Estado do Pará. Tem experiência na área de Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase em RESEX Marinhas.

<sup>290</sup> Antropóloga com Ph. D. e Pós-Doc. na Universidade da Cidade de Nova Iorque, EUA. Professora Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA) e lotada no Núcleo de Estudos Amazônicos (NAEA). Belém, Brasil. Tem se envolvido com pesquisas e orientação na Amazônia brasileira e na Pan-Amazônia..

definição do tema, delimitação do problema e formulação da hipótese.

**Palavras-chave:** Governança, unidade de conservação, *buen vivir*, fronteira.

## Introdução

Em tempos contemporâneos, o processo de desenvolvimento econômico baseado no uso excessivo de recursos naturais esgotáveis coloca em risco a estabilidade do ecossistema planetário e a qualidade de vida do ser humano. Diante desse contexto ambiental, o debate acerca das Áreas Protegidas (AP) ganha espaço como estratégia para o desenvolvimento sustentável, a proteção da biodiversidade, a sustentação dos meios de vida e a cultura das populações tradicionais. Simonian (2007) entende as UC como meio essencial para garantir a posse legal da terra e a exploração ordenada, com vistas à sustentabilidade.

Ainda que se possa conceber a consolidação da AP como meio viável à sustentabilidade ambiental, há de se reconhecer que as ameaças à biodiversidade e às AP ainda atingem níveis bem elevados, conforme entendimento de Araújo (2015). Também tem que se admitir que muitos desses espaços apresentam situações de carência de gestão eficiente. Com o objetivo de buscar alternativas estratégicas para muitas dessas problemáticas é que o debate sobre governança ambiental passa a ter um maior reconhecimento, uma vez que nela se encontram instrumentos necessários para mediar as relações entre Estado, Sociedade Civil e Meio Ambiente.

Para Jacobi e Sinisgalli (2012, p. 1477), os “[...] avanços na governança ambiental precisam ser cada vez mais incorporados nos processos que envolvem os tomadores de decisão e os não tomadores com o objetivo comum”. De acordo com Araújo (2015), esse objetivo seria a maior

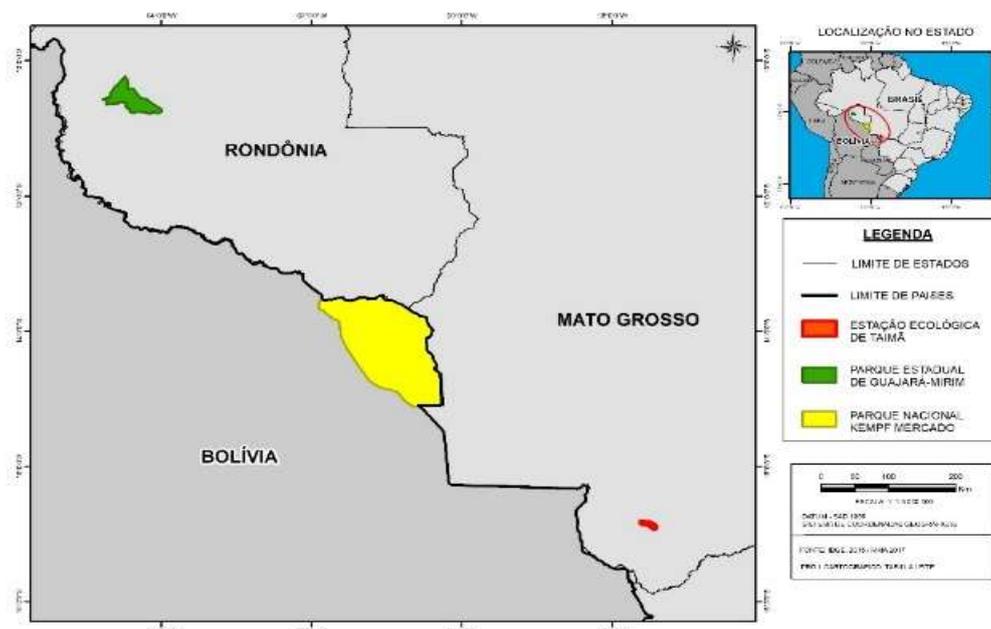
of the theme, delimitation of the problem and formulation of the hypothesis.

**Key-words:** Governance, conservation unit, good to live, frontier.

convergência de ideias no enfrentamento e combate à problemática, bem como uma definição clara de gestão para sustentabilidade, na qual requisitos, como a corresponsabilidade e a participação descentrada, sejam o motor do processo. Isso implicaria, sobretudo, na articulação e na integração em rede e ênfase na importância dos atores engajados na gestão, o que culminaria em uma melhor interação com os decisores do processo.

Portanto, ao considerar o cenário acima e ponderar os problemas de institucionalização no que diz respeito a novos modos de governança em AP e por se tratar de uma região pouco explorada no circuito acadêmico é que se partiu em um survey exploratório pela fronteira entre o Brasil e a Bolívia. O survey ocorreu no período de 03 a 18 de julho de 2017, tendo sido visitados os municípios de Porto Velho (RO), Guajará-Mirim (RO), Guyaramerín (BO), Cárceres (MT) e Cuiabá (MT). O primeiro contato com essa realidade específica foi imprescindível para a formulação do problema de pesquisa e da hipótese de forma mais precisa. Assim, após uma prospecção relevante sobre AP na fronteira entre Brasil/Bolívia, optou-se por realizar este estudo em três UC. No Brasil, escolheu-se o Parque Estadual de Guajará-Mirim (PEGM), Estação Ecológica de Taiamã (ESEC Taiamã) e o Parque Nacional Noel Kempf Mercado (PNNKM), bem como seus respectivos entornos, conforme se vê no Mapa 1. O critério de escolha dos referidos locais, para tal pesquisa, leva em consideração a importância e a representatividade que essas AP exercem em seus municípios e na fronteira.

**Mapa 1:** Localização do Parque Estadual de Guajará-Mirim (PEGM), Estação Ecológica de Taiamã (ESEC Taiamã) e Parque Nacional Noel Kempf Mercado (PNNKM)



**Fonte:** Organização de Adria Macedo (2018); elaboração Tabilla Leite (2018).

A questão central do presente estudo se delimita na compreensão de como os atores sociais que participam direta ou indiretamente do processo de governança do Parque Estadual de Guajará-Mirim, da Estação Ecológica Taiamã, e do Parque Nacional Noel Kempf Mercado- BO, articulam-se e viabilizam ações coletivas e pontuais a fim de impactar positivamente na gestão dessas áreas em vista à conservação da biodiversidade. Por se tratar de uma proposta que permitirá obter um quadro mais amplo de construções de realidades Amazônicas e sua fronteira é que se optou por uma pesquisa qualitativa, que dê importância a todos os elementos de uma situação em suas interações, segundo André (2012).

Assim, os resultados aqui apresentados e discutidos retratam dados obtidos a partir de um *survey* exploratório, entrevistas, revisão de documentação e bibliografia atualizada. Soma-se a isso, o uso de registros fotográfico de aspectos relevantes das UC e de seu entorno, pertinentes aos objetivos da pesquisa. O que se segue é uma discussão conceitual breve acerca da categoria analítica UC, Governança Ambiental e Bem Viver. Em seguida, evidenciam-se os resultados preliminares do *survey* e das observações de campo.

### Unidades de conservação, governança ambiental e bem viver

De acordo com Allegretti e Menezes (1994), as UC de uso sustentável surgem como alternativa à exploração racional dos recursos naturais, como também para a conservação da biodiversidade e mitigação do problema de especulação fundiária na Região Amazônica. A proposição inovadora combinava um regime de manejo sustentável aliado aos direitos de propriedade na região, contrapondo-se às políticas idealizadas para a Amazônia. Forjada no seio da floresta pelos extrativistas, a proposta de ocupação e exploração do território foi apresentada ao governo por meio do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), entidade representativa dos interesses dos extrativistas.

De acordo com Simonian (2018, p.128), “[...] os processos de proposição, definição, criação e implantação das RESEX surgiram no Brasil dos anos de 1980 e 1990, quando o Estado reconheceu os direitos de ocupação e de usufruto das populações extrativistas”. Trata-se de ações que se encontram em conformidade com a PNMA para Áreas Protegidas (AP). A lei nº 6.938/81, que dispõe da PNMA, tem por objetivo “[...] a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao

desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”, conforme seu Art. 2º.

A referida lei define o desenvolvimento sustentável como aquele que busca “a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico”, segundo descrição de seu Art. 4º. Como política de valorização territorial, cultural das populações tradicionais, de desenvolvimento e proteção ao meio ambiente – abrangendo esferas federal, estadual e municipal, inclusive particulares –, o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC, 2000) declara que o Estado Nacional Brasileiro reconhece, conceitua e categoriza as Unidades de Conservação como:

\*Grupo I, unidades de proteção integral: estação ecológica; reserva biológica; parque nacional; monumento natural e refúgio de vida silvestre;

\*Grupo II, unidades de uso sustentável: área de proteção ambiental; área de relevante interesse ecológico; floresta nacional; reserva extrativista; reserva de fauna; reserva de desenvolvimento sustentável; e reserva particular do patrimônio natural (Lei 9.985/00, art. 8º e art. 14).

É desse modo que se estruturam as UC e, por conseguinte, a categoria parque e estação ecológica do lado brasileiro, elemento-chave do objeto desta proposta de estudo. Em suma, as UC seriam espaços, sobretudo, de uma complexa rede de inter-relações de seres humanos entre si e destes com o meio biológico. Nessa direção, há de se pensar na importância do conceito de governança ambiental como uma estratégia que visa o equilíbrio entre forças dispare e seus pontos de vista em relação a objetivos coletivos para o uso sustentável das UC. Em conformidade com essa linha de pensamento, o coletivo está intrinsecamente ligado aos princípios do Bem Viver uma vez que preza pelas decisões construídas coletivamente, respeitando a diversidade e a natureza.

De acordo com Fonseca e Bursztyn (2009), a abordagem conceitual de governança foi concebida no âmbito de agências e organizações internacionais, sendo governança ambiental um termo que caracteriza a implementação de políticas ambientais e de desenvolvimento. Segundo Borrini-Feyerabend e Hill (2015), as principais expressões políticas internacionais

desse debate estão no tratado da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas. Nessa direção, Andrade Mendonça (2011) enfatiza que o termo governança, em sua visão macro, pode compreender várias esferas, podendo ser local, regional, nacional e global.

Na discussão sobre governança ambiental, Jacobi (2012) dá ênfase especial na medida em que está abre um instigador espaço para se repensarem formas inovadoras de gestão, pois integram ao sistema de governança determinados elementos-vetores de articulações. Tais balizadores seriam: o político, o qual dá o equilíbrio necessário aos diversos interesses e realidades; credibilidade, fator preponderante para que as pessoas confiem nas políticas a serem adotadas; e, por último, a dimensão ambiental. Assim, governança tem a ver com coerência e alinhamento de decisões que favoreçam o desenvolvimento social e fundamentalmente a conservação da natureza.

Quanto à avaliação da governança, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) recomenda oito princípios da “boa governança” para áreas protegidas. Tais princípios seriam: “[...] estado de direito; responsabilidade; orientação por consenso; participação de múltiplos atores; igualdade e inclusão; transparência; abertura à auditoria; e efetividade e eficiência” (Macêdo, 2008, p. 23). Fonseca e Bursztyn (2009) acrescentam que uma boa governança é capaz de aumentar a eficiência e a legitimidade na elaboração e implementação das políticas públicas. Destarte, a boa governança de AP depende das relações e do grau de envolvimento entre organizações civis e governamentais.

Prosseguindo nessa discussão, passa-se a discorrer sobre a exigência de se pensar outra realidade na qual os seres humanos formam parte de um todo mais harmônico com a natureza, consigo mesmo e com a comunidade, isto é, o Bem Viver. Ainda que polêmica, a ideia sugere o uso sustentável do meio ao definir novos vetores de relações no âmbito social, político e econômico que induzem a mudança. Assim, Acosta (2016, p. 201) evidencia, de modo contundente, que o Bem Viver se trata de um instrumento para “[...] construir coletivamente novas formas de vida”. Isso implicaria, sobretudo, na desconstrução da lógica organizacional e produtiva do capitalismo.

Conforme Gudynas (2011, p. 445), o Bem Viver “[...] promove a dissolução do dualismo sociedade e natureza”. O autor explicita que nessa perspectiva a natureza torna-se parte do mundo social e a humanidade, por sua vez, elemento integrante dela. Enfatiza que o conceito não se limita a harmonizar a relação homem/natureza; trata-se de um paradigma para orientar as políticas e ações dos Estados Nacionais a fim de reduzir as desigualdades socioeconômicas e a integração dos países sul-americanos. São premissas que em sua essência conforme Fedreheim e Blanco (2018), valoriza o conhecimento tácito das populações locais na melhoria da gestão das AP e, consequentemente, incentiva a participação local.

No cerne dessas discussões, Alcântara e Sampaio (2017) afirmam que o debate em torno do Bem Viver assinala a inviabilidade de se continuar com o atual modo de produção e consumo, idealizado como um método legítimo de crescimento baseado na acumulação de bens materiais. Os autores consideram que, na percepção do Bem Viver, a riqueza não se fundamenta em ter e acumular a maior quantidade de bens possíveis, mas em alcançar um equilíbrio entre as necessidades elementares humanas e os recursos disponíveis para satisfazê-las.

É possível inferir que as premissas das categorias analíticas aqui exploradas discorrem sobre a necessidade da adoção de um paradigma que concilie aspectos econômicos e sociais, democracia, consciência ambiental e suas interações. São conceitos ligados à qualidade de

vida, às práticas de igualdade, à valorização da diversidade sociocultural e ambiental. Por conseguinte, a Amazônia aparece como um campo fértil para implementação desse modelo, que visa promover e acelerar a transição rumo à sociedade sustentável e a redução das desigualdades sul-americanas.

### **Surveys em Porto Velho (RO), Guajará-Mirim (RO), Guyaramerín (BO), Cáceres (MT) e Cuiabá (MT)**

Assim, iniciaram-se as primeiras aproximações da pesquisadora com as áreas pretendidas para estudo. No caso das AP nacionais e boliviana, foi realizado, primeiro, o método survey, o qual, conforme Babbie (2003), constitui-se num “mecanismo de busca”, principalmente quando se inicia uma investigação sobre determinado tema e não se conhecem as áreas a serem pesquisadas.

Assim, nessa etapa preliminar de campo, o survey teve início na cidade de Porto Velho (RO) com duração de 3 dias, em julho de 2017, quando se fizeram as primeiras observações de campo, visitas a locais histórico-culturais, religiosos e turísticos, bem como entrevistas informais. A respeito dos atrativos visitados durante o survey na cidade de Porto Velho, citam-se Palácio Getúlio Vargas, Vista do rio Madeira, Biblioteca Pública Municipal Francisco Meirelles, Catedral Coração de Jesus (Fotografia 1), Praça das Três Caixas D’água, Museu da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e o Mercado Central da Cidade.

Fotografia 1: Catedral N. Sra. do Seringueiro



Fonte: Ádria Macedo, 2017.

Além da visita aos locais histórico-culturais, religiosos e turísticos, foram realizadas algumas entrevistas informais. Esses diálogos foram feitos com alguns interlocutores, a saber: Dr. Carlos Alberto Paraguassu Chaves, professor do UNIR e Superintendente do IBAMA-RO; servidores públicos da Biblioteca Municipal Francisco Meirelles; artesãos da Feira do Sol; comerciantes do Mercado Central da Cidade. Essas entrevistas foram importantes para iniciar a compreensão da realidade que se pretende investigar mais profundamente.

No diálogo com Dr. Carlos Alberto Paraguassu Chaves foi possível tecer uma noção do campo de atuação do IBAMA em Rondônia. O gestor ressaltou os avanços da instituição no estado, bem como as dificuldades e empecilhos para a consolidação de um projeto consistente no controle e combate ao desmatamento, na venda ilegal de madeira, no avanço do agronegócio. Citou ainda que a instituição enfrenta dificuldades para renovar o quadro de servidores, adquirir equipamentos e veículos. De modo geral, foram informações que propiciaram um conhecimento mais amplo daquela realidade.

Após três longos dias na cidade de Porto Velho, a pesquisadora seguiu de ônibus pela BR 425

até a cidade de Guajará-Mirim. Esta localiza-se a uma distância de 372 km da capital Porto Velho (RO), está situada na mesorregião Madeira-Guaporé e na microrregião de Guajará-Mirim; limita-se a norte com o município de Nova Mamoré e Campo Novo de Rondônia, a leste com Governador Jorge Teixeira e São Miguel do Guaporé, ao sul com Costa Marques e departamento de Beni (Bolívia), a oeste com Guayaramerin, Departamento de Beni (Bolívia).

O primeiro contato com essa realidade específica também ocorreu por meio de entrevistas e observações de campo com duração de 4 dias, em julho de 2017. Esses diálogos foram feitos com uma série de interlocutores-chave (Quadro 1): um Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), três Chefes de UC, um servidor da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEDAM), o gerente da SEDAM em Guajará-Mirim, o presidente da Associação dos Seringueiros da RESEX do Rio Ouro Preto (ASROP) e dois fundadores da RESEX Rio Ouro Preto. Essas entrevistas foram importantes para iniciar a compreensão da realidade em que se debruçou, ou seja, traços de evidências que ajudaram a problematizá-la.

**Quadro 1-** Síntese dos entrevistados no Survey, Guajará-Mirim (RO)

<b>Fábio R. Casara Cavalcante</b>	UNIR	Professor e Pesquisador
<b>José Arnaldo da Silva</b>	ICMBIO	Chefe do PARNA Serra da Cutia
<b>Albino Batista Gomes</b>	ICMBIO	Chefe da RESEX do Rio Ouro Preto
<b>Armando A. de P. Freitas</b>	SEDAM	Servidor da SEDAM e ex-chefe do PARNA de Guajará-Mirim
<b>Rosinete Ferreira Lins da Silva</b>	SEDAM	Chefe da RESEX Rio Pacaás Novos
<b>Alexandre C. Bouez da Silva</b>	SEDAM	Gerente do escritório da SEDAM em Guajará-Mirim
<b>José Vilhonada Amutare</b>	ASROP	Presidente da Associação dos Seringueiros da RESEX do Rio Ouro Preto
<b>José Wilson Nunes</b>	ASROP	Fundador da RESEX do Rio Ouro Preto
<b>José Maria dos Santos</b>	ASROP	Fundador da RESEX do Rio Ouro Preto

**Fonte:** Pesquisa/Elaboração: Adria Macedo dos Santos (2018).

Com relação às entrevistas e diálogos informais com os interlocutores, tratou-se de assuntos como identificação dos principais problemas das RESEX, parques e seu entorno, seu

funcionamento, conflitos, gestão, conselho consultivo, deliberativo, plano de manejo. Falou-se ainda sobre a criação das UC, participação social na criação e funcionamento dos conselhos,

dificuldades, limites da gestão, políticas públicas, ações ou parcerias ambientais entre os municípios de Guajará-Mirim e Guyaramerín (BO).

Além das interlocuções, foram realizadas visitas a locais históricos como a Catedral Nossa

Senhora do Seringueiro (mostrada na Fotografia 1) e ao Museu Histórico Municipal de Guajará-Mirim, instalado no prédio da antiga estação ferroviária de Guajará-Mirim, última parada da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (Fotografia 2).

Fotografia 2: Museu Histórico de Guajará-Mirim



Fonte: Ádria Macedo, 2017.

Em seguida, no dia 07 de julho de 2017, foi realizada, na companhia do Dr. Fábio Robson Casara, a travessia do rio Mamoré para visitar Guyaramerín (Fotografias 3 e 4), cidade do Departamento do Beni (Bolívia). A princípio, constatou-se que se trata de uma área com intenso fluxo comercial fronteiriço. Na mesma oportunidade, foram visitados alguns lugares

considerados pontos turísticos, como o hotel-restaurante Itaúba e Lós Cocos, muito procurado pelos brasileiros aos feriados e fins de semanas. O survey oportunizou o conhecimento prévio da área, de atores e instituições que possibilitaram a elaboração de um roteiro de entrevistas, o qual se espera executar na próxima incursão ao local.

Fotografia 3, 4: Porto de Guajará-Mirim com vista para o rio Mamoré e Porto Guayaramerin-Bolívia



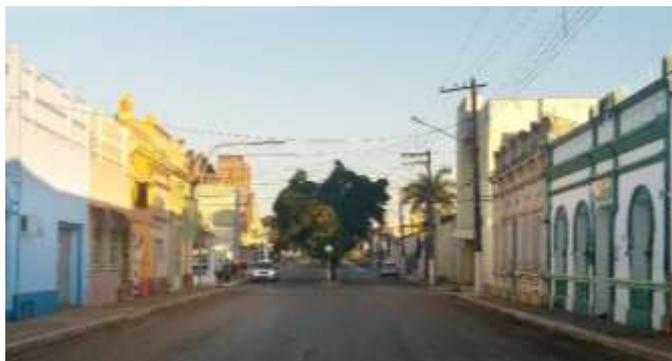


Fonte: Adria Macedo, 2017.

Ao prosseguir, empreendeu-se uma caminhada em direção à cidade de Cáceres, no estado do Mato Grosso. Localizada a uma distância de 214 km da capital Cuiabá (MT), o município encontra-se na mesorregião Centro-Sul do estado e na microrregião do Alto Pantanal; limita-se com a Bolívia. Ainda que seja

considerada singularmente uma cidade pantaneira, Cáceres (Fotografias 5, 6, 7, 8) assenta-se dentro da Amazônia Legal. De acordo com estimativas do último censo (IBGE, 2010), a população de Cáceres estaria em torno de 91 mil pessoas.

**Fotografias 5 e 6:** Aspecto arquitetônico da cidade de Cáceres e Catedral de São Luís de Cáceres



Fonte: Adria Macedo (2017).

Fotografias 7, 8: Colônia de pecadores e aquicultura de Cáceres e vista parcial do rio Paraguai



Fonte: Adria Macedo (2017).

O primeiro contato com aquela realidade específica deu-se por meio de entrevistas informais e observações iniciais de campo entre os dias 11 e 15 do mês de julho de 2017. Os interlocutores desse survey foram (Quadro 2): três Chefes de UC, uma professora da Universidade Estadual do Mato Grosso

(UNIMAT), Chefe do Escritório Regional da Secretaria de Meio Ambiente (Sema) em Cáceres, um analista ambiental da Sema, uma ambientalista do Instituto do Gaia, o presidente do Comitê Popular do Rio Paraguai/Pantanal e o presidente da Colônia dos Pescadores de Cáceres Z-2.

Quadro 2 - Síntese dos entrevistados no Survey, Cáceres (MT)

<b>Rogério Oliveira</b>	ICMBIO	Chefe do Parque Nacional da Serra das Araras
<b>Zilma Silva</b>	ICMBIO	Chefe do Parque Nacional do Mato Grosso
<b>Daniel Luiz Kantek</b>	ICMBIO	Chefe da Estação Ecológica Taiamã.
<b>Solange Ikeda Castrillon</b>	UNIMAT	Professora e ambientalista
<b>Cláudia Pinto Salas</b>	Instituto GAIA	Ambientalista
<b>José Aparecido Macedo</b>	Comitê Popular do Rio Paraguai/Pantanal	Ambientalista
<b>José Farias</b>	Colônia Z-2	Presidente da colônia dos pescadores de Cáceres
<b>Luiz Sérgio Garcia</b>	SEMA	Diretor Regional da Sema em Cáceres
<b>Belgrano Anacleto de Souza</b>	SEMA	Analista ambiental

Fonte: PesquisaElaboração: Adria Macedo dos Santos (2018).

A última parte do survey ocorreu entre os dias 16 e 18 de julho de 2017, com uma breve passagem pela capital Cuiabá (MT). Diferentemente dos demais lugares visitados, em Cuiabá não foi possível contatar interlocutores de interesse à pesquisa; assim, essa etapa limitou-se a observações de campo, visitas a locais turísticos, histórico-culturais, religiosos e à biblioteca da UNIMAT. Alguns dos lugares visitados durante o survey na cidade de Cuiabá podem ser visualizados nas imagens inseridas um pouco acima (Fotografias 5, 6, 7).

Desse modo, buscou-se obter informações que permitissem problematizar acerca de questões relacionadas ao processo de governança ambiental e como os atores sociais articulam-se e promovem ações coletivas com o intuito de contribuir para a gestão e a sustentabilidade dessas Áreas de Proteção. A incursão pôde levar a detectar e qualificar, preliminarmente, o curso das ações que estão em execução ou sendo pensadas, os principais entraves e avanços, além de como estão estruturadas a gestão e a participação social nas UC e nos municípios do entorno. No entanto, tratam-se de indícios que requerem, conforme Malinowski, (1978, p. 24), de uma meticulosa “recolha de dados concretos [...]” nos *locus* investigados.

### Considerações finais

As reflexões aqui apresentadas são resultados preliminares acerca da governança ambiental a partir de UC em área fronteiriça, no caso Brasil/Bolívia. Ademais, faz-se necessário debruçar sobre a realidade empírica e sobre as construções epistemológicas que possibilitem generalizações teóricas mais seguras sobre a análise da governança ambiental e suas implicações para a sustentabilidade das UC. E mais, a temática em foco, está inserida algum tempo nos debates como uma das mais relevantes proposições que se contrapõem ao processo de tomada decisões de mão única sobre áreas e territórios com padrões de inter-relações sociais e ecossistemas intrínsecos.

Assim, tratar da governança em AP é ampliar o campo de entendimento que vai para além de uma observação diminuta sobre a paisagem e sua gestão. A grande complexidade desse processo requer a inclusão da pluralidade de atores, instituições governamentais, ONG, e parcerias privadas se for o caso. Isso se sustenta, na medida que a governança se trata de alinhamento de perspectivas e articulação de interesses conflitantes na maioria das vezes. Pois, de acordo com Borrini-Feyerabend e Hill (2015),

governança é também sobre coerência, integridade entre diferentes unidades sociais; como elas interagem e se encaixam com outras unidades e autoridades governamentais em prol do bem comum.

Ademais, abordar a governança para a conservação da natureza demanda por um olhar cuidadoso sobre as raízes históricas e culturais que figuram tal realidade, visto que as decisões sobre as AP estarão diretamente vinculadas ao grau de importância ecológica e cultural que são dados a estas. Exemplar a respeito tem sido a experiências de países como Equador e Bolívia que buscam novos paradigmas socioeconômicos baseado no *buen vivir*, inspirado na cultura dos povos altiplanos dos Andes. Portanto, não basta apenas harmonizar incompatibilidades setoriais, é preciso superar a visão clássica do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico perpétuo e progresso linear, segundo Gudynas (2011).

De todo modo, é possível que os resultados desta proposição possam incentivar debates, estudos e pesquisas que conduzam os atores sociais dessas UC a elaborarem propostas que tornem viável a participação popular no processo de planejamento e implementação de ações voltadas à sustentabilidade. Ressalta-se que esta proposta também poderá contribuir para o conhecimento acerca de questões relacionadas à inter-relação da governança ambiental em UC, sobretudo na Amazônia, visto que o estudo da conjunção desses aspectos e seus efeitos se constitui uma prática recente.

### Referências

- Acosta, A. (2016). *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante. p. 264.
- Alcantara, L. C. S.; Sampaio, C. A. C. (2017). Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? *Desenvolvimento e Meio ambiente*, v. 40, p. 231-251, abril. DOI:10.5380/dma.v40i0.48566.
- Allegretti, M. (1994). Políticas para o uso dos recursos naturais renováveis. In: Sachs, I.; Clusener-Goldt, M. (Org.). *Extratativismo na Amazônia brasileira: perspectivas sobre o desenvolvimento regional*. Paris: compêndio MAB 18 UNESCO. p. 14-31.
- Araújo, M. N. F. (2015). *Governança ambiental e turismo – Análise dos parques nacionais: Amazônia, Chapada das Mesas (Brasil) e Tortuguero (Costa Rica)*. 2015. 375 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do

- Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Babbie, E. (2003). *Métodos de pesquisa de survey*. Belo Horizonte: UFMG. p. 519.
- Borrini-Feyerabend, G.; Hill, R. (2015). Governance for the conservation of nature. In: Worboys, G. L. et al. (Org.). *Protected area, governance and management*. ANU Press. p. 170-206. Ilustrado.
- Brasil. (1981). Política Nacional do Meio Ambiente – PNM. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.
- Brasil. (2000). Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. *Lei n. 9.985, de 18 de julho*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>>. Acesso em: 12 de fev. 2018.
- Fedreheim, G. E.; Blanco, E. (2017). *Co-management of protected areas to alleviate conservation conflicts: experiences in Norway*. Disponível em: <<https://www.thecommonsjournal.org/articles/10.18352/ijc.749/>>. Acesso em 03 de abril de 2019.
- Fonseca, I. F.; Bursztyn, M. (2009). A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 17-46, jan./abr.
- Gudynas, E. (2011). *Buen Vivir: Today's tomorrow Development*. Society for International Development 1011-6370/11. p. 441-447. Disponível em: <<http://www.sidint.n.et/development>>. Acesso em: 13 de fev. 2018.
- IBGE-Cáceres. (s. d.). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/caceres/panorama>>. Acesso em: 16 de fev. 2018.
- Jacobi, P. R. (2012). *Novos paradigmas, práticas sociais e desafios para a governança ambiental*. São Paulo: Annablume; IEE-USP; PROCAM-USP; FAPESP. (Coleção Cidadania e Meio Ambiente).
- Jacobi, P. R.; Sinisgalli P. A. de A. (2012). Governança ambiental e economia verde. *Ciências & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, p. 1469-1478.
- Macêdo, J. A. C. (2008). *Avaliação da gestão participativa dos parques estaduais da Bahia*. 188 f. Dissertação (Mestrado em Política e Gestão Ambiental) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Menezes, M. (1994). As reservas extrativistas como alternativas ao desenvolvimento na Amazônia. In: Arnt, R. (Org.). *O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. p. 49-72.
- Mertens, F.; Távora, R.; Fonseca, I. F.; Grando, R.; Castro, M.; Demeda, K. (2011). Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia. *Revista Acta Amazônica*, v. 41, n. 4, p. 481 – 492.
- Simonian, L. T. L. (2018). Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 118-139, novembro.
- Simonian, T. L. L. (2007). Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: Aragón, L. E. (Org.) *Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA; UFPA. p. 15-52.